

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 3 DE JUNHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, António Manuel da Silva Gonçalves (em substituição do senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação), Ana Catarina Graça da Rocha e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Não se verificou qualquer ausência.

SECRETARIOU

O Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que recebeu uma carta do senhor António Vasco Fonseca Lima sobre várias sugestões para alteração do trânsito automóvel no centro da Cidade, onde refere, também que não entende a colocação da sinalética de trânsito proibido nos dois sentidos junto à Casa dos Mores, no Largo do Rossio, que foi aprovada na reunião ordinária da Câmara Municipal de Lamego, realizada no dia 05 de novembro de 2018, solicitou por isso, informação se haverá algum desenvolvimento sobre o assunto, uma vez que, como referiu em reunião anterior, considera que o executivo se equivocou ao aprovar uma proibição num local onde por

natureza é proibido por se tratar de um passeio pedonal, pedindo que os serviços elaborassem proposta de alteração para deliberação.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** informou que também recebeu a referida carta do senhor António Vasco Fonseca Lima, e considera que se a sinalética colocada junto à Casa dos Mores no Largo do Rossio resultou de uma decisão errada, é dever desta Câmara reparar o erro.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que as decisões relativas ao trânsito automóvel poderão ser, a qualquer momento, objeto de alterações, consoante as necessidades de mobilidade urbana.

O senhor **Vereador José Correia da Silva**, fazendo referência à notícia sobre a disponibilização, por parte desta Câmara Municipal, do primeiro abrigo para colónias de gatos, na Urbanização de Nazes, congratulando a iniciativa. Questionou quantos abrigos para estes animais iriam ser instalados no Concelho e se iriam ser construídos abrigos para canídeos, tendo em conta a sobrelotação do Canil Municipal e o aumento de cães vadios que circulam pelo Concelho. Alertou, também, que ao lado do referido abrigo para gatos, encontra-se um parque infantil em estado de degradação e abandono, apelando para que a autarquia ali fizesse algum investimento porque as nossas crianças também o merecem.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que a instalação deste abrigo é o início de um projeto de cidadania com apoio de associações de defesa dos animais, coordenado pelo Serviço de Veterinária Municipal. Relativamente ao Parque Infantil do Bairro de Nazes, informou que, os Serviços têm efetuado a manutenção e limpeza necessária.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** considera importante e interessante a iniciativa da instalação deste abrigo para animais, no entanto, à partida não lhe parece bem a escolha do local, por se encontrar ao lado de um parque infantil.

O senhor **Vereador António Manuel da Silva Gonçalves** concorda com o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues quanto à local para a instalação do abrigo para gatos, por mesmo se encontrar ao lado de um parque infantil.

O senhor **Presidente da Câmara**, sobre este assunto, acrescentou que o funcionamento deste abrigo irá ser acompanhado de modo a garantir segurança e a qualidade de vida da população.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO DE 2019 **(COD. 03)**

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 27 de maio de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada por maioria, com a abstenção do senhor Vereador António Manuel da Silva Gonçalves, por não ter estado presente na referida reunião.

• Gabinete Jurídico, contencioso e Execuções Fiscais

02-ASSUNTO: PRC. N.º 34/19.1BEVIS – TAF DE VISEU - PROVIDÊNCIA CAUTELAR INTERPOSTA POR ISILDA SUSANA SILVA BATISTA COELHO **(COD. 17)**

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da oposição deduzida pelo Município e da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, no âmbito da providência cautelar interposta por Isilda Susana Silva Batista Coelho.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** referiu que a sentença do tribunal é clara e que o recurso poderá não ter qualquer efeito, por isso, questionou o senhor Presidente da Câmara, quando irá dar cumprimento à sentença do tribunal.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** considera que o senhor Presidente da Câmara terá de resolver este assunto, porque se trata de suspender um ato por si praticado, uma vez que o Tribunal decretou a suspensão do ato administrativo de homologação. Assim, mais não resta ao senhor Presidente da Câmara do que dar cumprimento a sentença judicial, pois a mesma é clara e está devidamente fundamentada. Por fim, questionou se já haveria sido feita alguma diligência nesse sentido.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu o seguinte: *“Sobre este assunto, parece-me que a sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu é muito clara e não deixa margem para dúvidas:*

- O concurso aberto para a vinculação de precários não terá decorrido de acordo com a lei e a sua anulação ocorrerá inevitavelmente na sequência da ação já interposta;

- O senhor Presidente, em vez de assumir aquilo a que poderemos apelidar de um erro, insiste nele e fá-lo de forma desumana e dolosa, como retrata a contestação apresentada pelo município e da qual me demarco totalmente por não concordar nem com os fundamentos, nem com o tom jocoso e cínico em que está redigida;

- O que é pedido pela reclamante e a sentença proferida lhe confere como direito, é a revogação do ato homologatório do concurso, a exclusão da concorrente ilegalmente admitida a concurso e conseqüentemente, o recrutamento da reclamante por ser a única candidata que cumpria os requisitos do concurso;

- Permita-me o senhor Presidente que recorde que nesta câmara, com um executivo socialista já existe um histórico na viciação de concursos de admissão de pessoal. Quando acontecer, porque quase com toda a certeza irá acontecer, como já aconteceu no passado, que o tribunal ordene a integração desta funcionária nos quadros da câmara com direito aos vencimentos perdidos, deveria ordenar também, a responsabilidade pessoal do senhor Presidente da Câmara, sobre o qual deveriam recair tais custos;

- Mas mais lamentável é que o senhor Presidente da Câmara não se inibe, nem de violar a lei, nem de brincar com a vida das pessoas.

Este é um inegável e lamentável exemplo onde a transparência e a decência estão manifestamente ausentes.”

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, sobre este assunto, informou que a sentença está a ser analisada pelo mandatário do Município de Lamego, neste processo, para depois se decidir qual o passo a dar nesta matéria. Em resposta ao senhor Vereador José Correia da Silva referiu que sobre a égide do Partido Socialista, a contratação de pessoal é feita através de procedimentos concursais, com o cumprimento estrito da Lei e respeito escrupuloso das decisões do Júri, o que não aconteceu nos últimos 3 mandatos desta Câmara. Neste procedimento foi respeitada a decisão do júri do concurso que verificou que todos os requisitos de admissão, dos candidatos admitidos, estavam cumpridos. Das 11 vagas, para regularização de vínculos precários, foram opositores cerca de 50 pessoas, tendo ficado de fora cerca de 40 pessoas que também preenchiam os requisitos para preenchimento das referidas vagas, tendo havido apenas uma reclamação. O Presidente da Câmara irá cumprir a sentença após o aconselhamento do mandatário do Município de Lamego, neste processo.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** concorda com as palavras do senhor Presidente da Câmara, exceto a sua parte final. As decisões do júri dos concursos são soberanas sobre quem faz a sua nomeação, mas o ato que as homologa é suscetível de recurso hierárquico e contencioso. O senhor Presidente da Câmara não pode argumentar que irá dar cumprimento à sentença do tribunal, após os mandatários jurídicos, se

pronunciarem. Nos termos desta sentença, o júri não procedeu bem, devendo, por isso, o ato que homologa a decisão do júri ser suspenso de imediato.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** alerta para o facto de na sentença do tribunal referir que a decisão do júri e, portanto, o ato que a homologou é ilegal. O ato deverá ser suspenso pelo senhor Presidente da Câmara.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que é importante realçar a posição isenta e independente do senhor Presidente da Câmara quanto à decisão do júri do concurso e quanto à decisão da sentença deste processo. Não é, nem nunca será, apanágio deste Executivo a viciação de qualquer resultado de concurso para admissão de pessoal ou para aquisição de serviços.

O senhor **Presidente da Câmara** concluiu, dizendo que comunga das preocupações dos senhores Vereadores e que ainda não foi tomada nenhuma decisão relativa à sentença desta providência cautelar. Considera que o júri do concurso, de admissão de pessoal ou de outra natureza, é sempre soberano. O Presidente da Câmara irá cumprir a Lei, de acordo com o aconselhamento jurídico que mandatou.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

03-ASSUNTO: PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS (COD 14)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 435/17/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que refere que, considerando o teor da informação n.º 3753, da DAC/GJ e parecer do Chefe da DAC, ambos de 29.05.2019, relativos ao processo de descentralização de competências nos Municípios, ao abrigo da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e atento os diplomas legais já publicados e respetivos prazos para pronúncia em curso, proponho que a Exma. Câmara Municipal delibere, para posterior submissão à Exma. Assembleia Municipal, o seguinte:

- a) No domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), a não-aceitação da transferência das competências, para o ano escolar de 2019/2020;
- b) Nos restantes domínios, bem como no que se refere, concretamente, ao serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril), a sua aceitação, fica dependente, nos termos do quadro legal, de definição protocolar dos valores a transferir para o Município de Lamego.

Após análise e discussão da proposta, o senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues**, tendo em conta as especificidades desta matéria, propôs que, a votação da mesma,

fosse feita separadamente, por alíneas, tendo o pleno do Executivo concordado com a sugestão.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, apesar de ser a favor da descentralização de poderes, considera que, fazendo uma análise ao panorama nacional, o Município de Lamego, neste momento, tendo em conta as todas as suas circunstâncias, que agora não importa analisar, não tem capacidade nem condições de receber todas estas competências.

O senhor **Vereador António Manuel da Silva Gonçalves** questionou o senhor Presidente da Camara, se já foi feito algum estudo sobre os valores necessários a transferir para Município para a assunção de todas as competências.

O senhor **Presidente da Câmara** considera que tendo em conta o tipo de transferências competências, em causa nesta proposta, não se prevê que haja qualquer impedimento na aceitação das mesmas. A transferência de competências para os Municípios, resulta da publicação da Lei 50/2018, de 16 de agosto, onde é definido que entre em vigor no dia 01/01/2021, tanto para os municípios que fizeram a aceitação das competências, bem como para aqueles que o não fizeram. Os municípios que aceitam estas transferências terão tempo pra se adaptarem e se prepararem para data de entrada em vigor da referida Lei. O Município de Lamego já aceitou as transferências de competências em vários domínios. Na prática, a aceitação efetiva apenas irá concretizar-se após a celebração de acordos e definição de valores a transferir para este Município. Nesta fase, em não há, em domínio nenhum, qualquer definição de valores a transferir, apesar de já haver um estudo preliminar na área da saúde e da educação.

Deliberação: No que se refere à alínea a), o Executivo aprovou, por unanimidade, a não-aceitação da transferência das competências, para o ano escolar de 2019/2020, no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro).

Referente à alínea b), o Executivo deliberou aprovar por unanimidade, que a aceitação, dos restantes domínios, e designadamente no que se refere, ao serviço público de transporte de passageiros regular e do transporte turístico de passageiros, ambos em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril), a sua aceitação efetiva fica dependente, nos termos do quadro legal, da definição protocolar dos valores a transferir para o Município de Lamego.

04-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 7/2016 (COD 17)

ARGUIDO: FERNANDO VARGAS DA SILVA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 434/17/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer

parte integrante, propondo à Câmara Municipal, nos termos das alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no âmbito do processo de contraordenação n.º 7/2016, não obstante se ter verificado interrupção do prazo prescricional, com a notificação do arguido para apresentar a sua defesa por escrito, haver-se-á de concluir que o procedimento contraordenacional se encontra prescrito, pelo decurso do respetivo prazo legal, acrescido de metade, ou seja, 15 de setembro de 2017, podendo-se arquivar os presentes autos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

05-ASSUNTO: PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES (ATL) - PÁSCOA 2019 (**COD 20**)

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA FERREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 378/51/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, propondo à Câmara Municipal que seja autorizada a isenção do pagamento das Atividades de Tempos Livres (ATL) - Páscoa 2019 das crianças Diana Isabel Ferreira Pereira e Filipe Daniel Oliveira Teixeira, de acordo com a pretensão da requerente Maria de Fátima de Oliveira Ferreira, mãe das crianças. O fundamento da solicitação por parte da requerente prende-se com situação de comprovada vulnerabilidade social.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

06-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (**COD 01**)

CONSUMIDOR: MARIA DE LURDES CÂNDIDA GUERRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 437/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3707/DASU, de 28 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação das faturas n.º 12290, de janeiro/19, e 25791, de fevereiro/19, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL FAMILIAR (**COD 01**)

REQUERENTE: VITOR MANUEL CARDOSO DE JESUS REBELO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 438/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3587/DASU, de 24/05/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere a aplicação do tarifário especial familiar aos consumos de água de Vítor Manuel Cardoso de Jesus Rebelo, cliente n.º 11160, titular do respetivo contrato da prestação de serviços de fornecimento de água, de drenagem de águas residuais e da gestão de resíduos sólidos urbanos, da instalação predial sita na nesta cidade.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE: ANA MARIA DA COSTA PINTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 439/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Ana Maria da Costa Pinto solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Ana Maria da Costa Pinto, cliente n.º 28977, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE: ANTÓNIO HUMBERTO GOMES NASCIMENTO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 440/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António Humberto Gomes Nascimento solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de António Humberto Gomes Nascimento, cliente n.º 29194, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: ANTÓNIO JOÃO CONSTANTINO AZEVEDO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 441/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor António João Constantino Azevedo solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de António João Constantino Azevedo, cliente n.º 19227, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: JOÃO ARMINDO FERREIRA REBELO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 442/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor João Armindo Ferreira Rebelo solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de João Armindo Ferreira Rebelo, cliente n.º 9047, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA LUÍSA CÂNDIDA COUTINHO SILVA VILELA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 452/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Luísa Cândida Coutinho Silva Vilela solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do

Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Luísa Cândida Coutinho Silva Vilela, cliente n.º 26636, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL – AUDIÊNCIA PRÉVIA (COD 01)

REQUERENTE: JACQUELINE DA GRAÇA DE JESUS PARADELA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 451/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, para que considerando a Inf.n.3406/DASU de 17/05/19, onde constam os respetivos fundamentos, se delibere, a audiência prévia da requerente, cliente n.19783, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na Rua de Fafel, N.48 1.ºft., freguesia de Lamego, nos termos do Artº.121 do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de adesão à tarifa social.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, promover a audiência prévia da requerente, sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de adesão à tarifa social.

14-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE SANTA BÁRBARA E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL S. MARTINHO DE SOUTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 443/26/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização das Festas em Honra de Santa Bárbara, que decorrerão nos dias 2, 3 e 4 de agosto 2019, em S. Martinho do Souto, assim como a isenção do pagamento de taxas, inerentes ao referido evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

15-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**REQUERENTE: REAL GASTRONOMIA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 444/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta com 13m2 na Rua Macário de Castro, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 254.80€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

16-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**REQUERENTE: SEBASTIÃO DA SILVA PEREIRA – CAFÉ BOCAGE**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 445/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta com 80m2, na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 1.568,00€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)**REQUERENTE: ABILITYPARADISE, LDA – BAR WELCOME**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 446/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta com 13m2, na Avenida Visconde Guedes Teixeira, freguesia de Lamego, de 1 de junho de 2019 a 30 de setembro de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente é de 254.80€.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão da requerente, mediante o pagamento das respetivas taxas.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE CEDÊNCIA DE UMA FACE DE MUPI (COD. 51)**REQUERENTE: CENTRO CULTURAL E RECREATIVO DE FERREIRIM**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 447/53/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho de 28 de 9, o qual autorizou a cedência a título gratuito, de uma face de mupi, para divulgação do evento “TASQUINHAS” inserido nas comemorações do 32º aniversário do Centro Cultural e Recreativo de Ferreirim.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

19-ASSUNTO: LIBERTAÇÃO DE PARTE DA CAUÇÃO (COD. 41)

OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO BAIRRO DO CASTELO – 2ª FASE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 448/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo que a Câmara Municipal homologue o auto de vistoria feita à obra denominada “Requalificação do Espaço Público do Bairro do Castelo - 2ª Fase”, nos termos do nº 2 do art.º 4 do Dec. Lei 190/2012, de 22 de agosto, e que autorize a libertação da caução na percentagem correspondente aos anos decorridos após a receção provisória, conforme nº 2 do art.º 3 do citado diploma, uma vez que pela vistoria se verificou que a obra está em conformidade com o projeto de execução aprovado, com a obra rececionada provisoriamente e que atualmente não foram detetados defeitos que impossibilitam a libertação de parte da caução.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

20-ASSUNTO: RECEÇÃO DEFINITIVA (COD. 41)

OBRA: POLO DE LAMEGO DA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DO PORTO - 2ª FASE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 449/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo que a Câmara Municipal homologue o auto de vistoria feita à obra denominada “Pólo de Lamego da Escola de Hotelaria e Turismo do Porto – 2ª Fase” para efeitos de receção definitiva, nos termos do art.º 398º do CCP, na sua atual redação. Verificou-se pela vistoria realizada, que a obra não apresenta deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou de falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que a obra está no seu todo em condições de ser recebida e devolvidas as garantias existentes à massa insolvente.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

21-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO – PROC. 617/18
(COD. 42)

REQUERENTE: ALCINO DE JESUS LAMELAS MENDONÇA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DA DEVESA – FERREIROS DE AVÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 453/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1012/DOU, de 06/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 28/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos, nomeadamente a afastar o muro 4 metros do eixo do caminho público. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

22-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA MORADIA FAMILIAR – PROC. 510/18 (COD. 42)

REQUERENTE: MARINO MANUEL RODRIGUES DOS SANTOS

LOCAL DA OBRA: RIO LARGO – LAMEGO (ALMACAVE E SÉ)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 454/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3482/DOU, de 12/02/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 14/02/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º3, do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura referenciado, com os condicionalismos referidos. Propõe, ainda, que se notifique o requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

23-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA POR 3 TÉCNICOS – PROC. 160/19 (COD. 42)

REQUERENTE: VIRGILIO SÉRGIO MAGALHÃES FERREIRA

LOCAL DA OBRA: URB. DO PARAISO LOTE 4, 3.º DT. – LAMEGO (ALMACAVE E SÉ)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 455/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo que a Câmara Municipal delibere a homologação do auto de vistoria n.º 23 de 17 de maio de 2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VII – Conclusão, do citado auto de vistoria

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

24-ASSUNTO: PEDIDO DE VISTORIA POR 3 TÉCNICOS – PROC. 163/19 (**COD. 42**)

REQUERENTE: MANUEL DA CONCEIÇÃO DIAS

LOCAL DA OBRA: URB. DO PARAISO LOTE 4, 3.º ESQ. – LAMEGO(ALMACAVE E SÉ)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 456/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo qua a Câmara Municipal delibere a homologação do auto de vistoria n.º 24 de 17 de maio de 2019, e que se proceda de acordo com o proposto no capítulo VII – Conclusão, do citado auto de vistoria

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

25-ASSUNTO: PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM CULTURAS

REQUERENTE: MARIA ALICE PEREIRA DE SOUSA CAPELA

LOCAL: SANTIAGO - MAGUEIJA

DATA: 2019/01/17

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 450/17/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo qua a Câmara Municipal delibere a sobre o pedido de indemnização feito pela requerente Maria Alice Pereira de Sousa Capela e tendo em conta a informação dos Serviços, que confirmam a ocorrência de sinistro, causada pela evasão de um dos bovinos da Quinta de S. João, em Magueija que invadiu a propriedade da requerente, causando danos em várias cerejeiras e couves. Apesar de a requerente reclamar 210,00€, a informação dos Serviços, vai no sentido de estabelecer o valor da indemnização em 104,00€ (cento e quatro euros). Atentando o facto de a lesada em nada ter concorrido para os prejuízos de que foi alvo, e como o valor é inferior à franquia contratual da apólice de responsabilidade civil, a haver lugar ao pagamento de indemnização, terá que ser o Município a prestá-la.

A propósito deste assunto, o senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o estado em que se encontra a Quinta de S. João e se já há algum plano para a sua rentabilização.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu que a quinta encontra-se limpa e vedada não havendo, ainda, um plano concreto para a sua rentabilização.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, indemnizar a requerente em 104.00€.

26-ASSUNTO: FINANÇAS (**COD. 27**)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação da execução orçamental, referente ao mês de abril de 2019.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** demonstrou a sua preocupação dado que a presente informação financeira demonstra que a propalada redução da despesa não existe e que o prometido aumento da receita é uma miragem. Preocupa-o que a situação financeira do Município se tenha vindo a degradar neste mandato, o que está bem patente nas recomendações da Divisão de Finanças e Património.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** sobre este assunto declarou o seguinte: *“Nada de novo nesta informação financeira que mantém o registo a que este executivo já nos habituou:*

- *a situação financeira do município degrada-se de dia para dia;*
- *o senhor Presidente da Câmara revela-se completamente incapaz de tomar medidas seja para reduzir a despesa, seja para aumentar a receita;*
- *a única obra decente em curso, a reconstrução da Escola Latino Coelho, adjudicada pelo anterior executivo e financiada a 92,5% (ou seja, a câmara só tem que pagar 7,5%) acumula uma dívida incompreensível de quase um milhão de euros, dos quais 500.000€ há mais de 180 dias;*
- *a única obra em curso lançada por este município e que tem dois autos pagos este mês, estranhamente a dois empreiteiros diferentes, é uma obra inútil: o balcão das traseiras!*
- *os fundos disponíveis, têm o montante insignificante de 10.000€ e já não há nada para antecipar até Dezembro. É preciso começar a gastar por conta do orçamento do próximo ano!*
- *como diz o povo: "bem prega S. Tomás"... “*

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, de facto, a informação financeira dá conta das consequências que o Município de Lamego está a sofrer, no seu dia-a-dia, por força da gestão errática e irresponsável, nomeadamente, no último mandato, não sendo possível em ano e meio, estancar ou reverter a situação financeira em que o Município de Lamego se encontrava a 22/10/2017. Não se vai efetuar antecipação de fundos em 2019 pois grande parte da despesa gastar até ao fim do ano já está acautelada e cativa. No entanto, neste momento, é visível o défice de cerca de 2 milhões de euros, que de forma crónica se arrasta desde há alguns anos. Terão de ser tomadas medidas para arrecadar receita extraordinária e redução de despesas elevadas.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

27-ASSUNTO: FINANÇAS (COD. 27)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo da informação relativa aos processos execução fiscal ativos da empresa ex-Lamego Renova, S.A. e ex-Lamego Convida, EEM, bem com da Certidão Tributária do Município de Lamego não regularizada.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues**, sobre este assunto, disse o seguinte:

“Ângelo Moura, passados dois anos das eleições que o conduziram a presidente da câmara municipal ainda contínua em campanha eleitoral. Recorrendo à sua página numa rede social, Ângelo Moura lamenta não conseguir obter a certidão das finanças de forma a poder aprovar as candidaturas aos fundos comunitários, e não perde tempo a apontar os partidos políticos responsáveis (CDS e PSD), implorando que parem de fazer maldades, mesmo sabendo que este grito de alerta, ou de desespero, é inconsequente, e por isso um grito inútil. Ângelo Moura também sabe que os partidos políticos são, por vezes, um mero veículo para os cidadãos terem a oportunidade de exercer o poder. Aí chegados, a responsabilidade financeira tem um rosto, e esse rosto até outubro de 2017 foi o de Francisco Lopes e a partir daí de Ângelo Moura, ele próprio. Tivesse Ângelo Moura lido o e-mail que recebeu em 8/11/2018 do Chefe das Finanças de Lamego e trabalhado, com competência, uma solução para o problema suscitado pela Inspeção de Finanças na interpretação dos alegados impostos em dívida e nada disto aconteceria. Ângelo Moura está consciente que todos os atos que se praticam são suscetíveis de serem sindicados e dos seus autores, que não os partidos, serem responsabilizados, mas em lugar de pedir no local próprio responsabilidades a quem as poderá ter, prefere achincalhar na praça pública os partidos políticos que suportaram uma entidade que já nem sequer existe. E que moral tem Ângelo Moura para o fazer? Não tem. A prestação de contas de 2018 é disso prova. O descalabro financeiro do município continua a ritmo acelerado. Repetiu alguns dos mesmos erros da gestão anterior; pagou cerca de um milhão de euros com o visto do Tribunal de contas recusado; recebeu o produto da venda da água durante o um ano e não pagou ao fornecedor; - o que dirá de Ângelo Moura o presidente da câmara de Lamego em 2030 quando ainda tiver de pagar parte da conta da água de 2018; o que dirão os inspetores das finanças quando voltarem a inspecionar as contas do Multiusos quando verificarem que o responsável máximo do município vilipendia a construção deste equipamento, mas usa-o, delibera não pagar a prestação bancária, mas paga, e frequentemente cede-o a preços módicos, mesmo sabendo que a Lei 73/2013 não o permite, colaborando na fuga aos impostos, e colocando-se “a jeito” numa ação inceptiva de cariz idêntico aquela que hoje agendou para conhecimento do Executivo, e que primeiro, como disse, fez questão de colocar na praça pública. Senhor presidente, este “modus operandi” não é uma forma séria de estar e de fazer política.”

O senhor **Vereador António Pinto Carreira**, sobre esta matéria, considera que houve algum desleixo e alguma inoperância, pois o que está a ser feito agora deveria já ter sido feito há mais tempo e evitava-se que a situação fiscal não estivesse regularizada. Uma situação fiscal não regularizada junto da Autoridade Tributária só pode resultar do não pagamento de obrigações fiscais do que estão liquidadas e, por isso, em execução ou por não se estar a cumprir um plano de pagamento acordado. O Município, como qualquer cidadão se concorda, por ser legal e legítima a liquidação dos impostos em causa só tem um caminho, que é pagar. Se discorda com a liquidação, seja qual for a razão também tem um caminho que é impugnar, ou opor-se à execução oferecendo as garantias necessárias para suspender a execução e, desse modo, terá a sua situação fiscal regularizada. Não pode é não tomar nenhum dos caminhos, porque nada fazendo terá necessariamente a situação não regularizada junto da Autoridade Tributária.

O senhor **Vereador António Manuel da Silva Gonçalves** mostrou preocupação com a situação financeira do Município de Lamego, e julga ser necessário tomar medidas urgentes para que esta situação não se agrave.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara, se haveria alguma razão concreta para a comunicação da Autoridade Tributária Aduaneira, só ter sido dada conhecimento nesta data, após ter sido divulgada publicamente através das redes sociais.

O senhor **Presidente da Câmara** referiu que a referida publicação, nas redes sociais, revela exatamente o que irá ser feito nesta situação. Efetivamente, a notificação da Autoridade Tributária, que está junto aos documentos deste assunto, é datada de 08/11/2018, mas a situação que se está agora a discutir já é outra. O Município de Lamego só pode atuar nos processos da Autoridade Tributária quando a própria ação é direcionada diretamente ao Município, o que não é o caso, estes processos estão no âmbito jurídico da Lamego Convida e da Lamego Renova, sendo que o Município de Lamego para se defender destas execuções tem de, inicialmente, assumir as liquidações das referidas e extintas empresas. Não há nenhuma inoperância do Presidente da Câmara ou do Executivo em funções, perante esta situação, pois está-se a fazer de tudo para ultrapassar este problema. Quanto à questão da realização de despesas, referidas pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, efetivamente, o Município de Lamego, desde 23 de outubro de 2017, paga aos seus fornecedores. Quanto ao Pavilhão Multiusos, é conhecida a sua posição, pois o mesmo irá comprometer, durante várias décadas, as contas do Município de Lamego.

Deliberação: O Executivo tomou conhecimento.

Presidente

Secretário

28-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

29-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Nelson Miguel Pinto Nogueira.

O Presidente,

O Secretário